



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da Audiência Pública, para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 3º Quadrimestre de dois mil e dezenove, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), convocada através do Edital de Convocação nº 001/2020, datado de 05 de fevereiro de 2020, realizada no dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte, às dezoito horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato” da Câmara Municipal de Jaguariúna, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta Cidade. Presidente Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo. Vice-Presidente Sra. Cássia Murer Montagner. Secretários Srs. Afonso Lopes da Silva e Cristiano José Cecon. Presentes os Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, Inalda Lúcio de Barros Santana, Luiz Carlos de Campos, Romilson Nascimento Silva e Walter Luís Tozzi de Camargo. Deixaram de comparecer os Srs. Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, José Muniz, Rodrigo da Silva Blanco e Taís Camellini Esteves. Presente, também, a Sra. Elisanita Aparecida de Moraes, Secretária Municipal de Administração e Finanças, convidada, especialmente, para fazer as explanações a respeito das Metas Fiscais, sendo que a mesma fez parte da Mesa. Inclusive com estas autoridades, estavam presentes na Sala das Sessões, aproximadamente, trinta pessoas, conforme consta de Lista de Presença anexada ao Processo. O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Walter Luís Tozzi de Camargo cumprimentou a todos, dizendo que, naquele dia realizariam mais uma audiência das Metas Fiscais no Município de Jaguariúna, a qual dava abertura naquele momento com a pauta da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do Terceiro Quadrimestre de dois mil e dezenove, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da lei de responsabilidade fiscal - lei nº 101, de 04 de maio de 2000, realizada em vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte, às dezoito, na sala de sessões da Câmara Municipal de Jaguariúna; para abertura, solicitou a presença da Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereadora Cássia Murer Montagner, também Vice Presidente da Casa, para dirigir os trabalhos e presidir aquela Audiência Pública, e lembrou a todos que a Audiência estava sendo transmitida ao vivo através do Youtube no endereço www.youtube.com/camarajaguariuna, e quem quisesse fazer perguntas podia ser feito através do email: portal@camarajaguariuna.sp.gov.br; passou os trabalhos à Vereadora Cássia; a seguir, tomou a palavra a Sra. Cássia Murer Montagner, Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, que agradeceu ao Presidente da Câmara, Walter Tozzi, e que iriam começar, então, porque, afinal, o Carnaval já tinha passado, e que agora começaria o ano, finalmente; disse que iriam dar início a mais uma Audiência das Metas Fiscais e compunha com ela a mesa, os Vereadores Luiz Carlos de Campos, que era membro da Comissão e a Vereadora Inalda Lúcio de Barros Santana, e a convidou para se sentar à mesa; disse que o Vereador Luiz Carlos de Campos ainda não

M. 1



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

estava presente, e quando chegasse o chamariam para compor a mesa também; a Sra. Presidente disse, ainda, que como o Waltinho já tinha adiantado alguma coisa, o procedimento ali iria ser o seguinte: a Representante da Secretaria de Administração e Finanças teria vinte minutos para fazer a explanação a respeito das Metas Fiscais; os senhores Vereadores e Vereadoras poderiam usar a palavra por cinco minutos, na tribuna, tendo a Secretária de Administração e Finanças o mesmo tempo para responder, facultadas as réplicas e tréplicas, e que dava para eles tirarem bem as dúvidas; as pessoas presentes na Assembléia também poderiam usar a palavra por cinco minutos, desde que, devidamente inscritas, junto à funcionária da Câmara presente na Assembléia, e perguntou qual funcionária estaria, e que todos conheciam as funcionárias; a seguir, chamou para compor os trabalhos ali a Secretária Elisanita Aparecida de Moraes, que era a Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura; a Sra. Presidente disse que achava que não tinha falado do email para as pessoas passarem a pergunta e confirmou com o Vladi se era o portal@camarajaguariuna.sp.gov.br e que as pessoas de casa também podiam encaminhar perguntas para eles, e passou a palavra para a Secretária; a seguir, a Sra. Elisanita Aparecida de Moraes, Secretária Municipal de Administração e Finanças tomou a palavra e cumprimentou a todos, dizendo que ela iria apresentar, e que estava meio rouca, a audiência pública referente ao terceiro quadrimestre de dois mil e dezenove, automaticamente, o resultado do balanço; disse que tinham como Receita prevista para o exercício de dois mil e dezenove, em Receitas Correntes, quatrocentos e cinquenta e quatro milhões, duzentos e cinquenta mil, quinhentos e vinte e dois reais e trinta e três centavos, arrecadaram no exercício quatrocentos e vinte e nove milhões, cento e trinta e cinco mil, trezentos e oitenta e cinco reais e treze centavos e atingiram noventa e quatro vírgula quarenta e sete por cento do total previsto; IPTU, e que ela iria falar números grandes senão ficava muito picado; de IPTU, dezesseis milhões, duzentos e oitenta e um mil, eles arrecadaram, quinze milhões, seiscentos e sessenta e oito, total de noventa e seis vírgula vinte e três por cento; ISSQN, trinta e seis milhões, oitocentos e oitenta e um mil, arrecadaram trinta e um milhões, duzentos e dezessete mil, oitenta e quatro vírgula sessenta e quatro por cento; FPM trinta e cinco milhões, duzentos e oito mil, arrecadaram trinta e três, trezentos e cinquenta e um, totalizando noventa e quatro vírgula setenta e dois por cento; de ICMS previsto, duzentos e nove milhões e setecentos mil, arrecadaram duzentos e doze milhões, seiscentos e trinta e oito mil, e que arrecadaram mais totalizando cento e um vírgula quarenta por cento; as Demais Receitas Correntes, cento e cinquenta e seis milhões, cento e setenta e oito mil, arrecadaram cento e trinta e seis milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, oitenta e sete vírgula vinte e quatro por cento; das Contas Redutoras que eram referentes a vinte por cento que compunha o FUNDEB, cinquenta e um milhões, quinhentos e trinta e dois mil foi a previsão e cinquenta e um milhões, trezentos e quarenta e dois mil foi o total retido, noventa e nove vírgula sessenta e três por cento; as Receitas



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Intra Orçamentárias de vinte milhões, quinhentos e sessenta de previsão, atingiram vinte e um milhões, trezentos e setenta e três, cento e três vírgula noventa e cinco por cento, lembrando que aqueles números eram consolidados, a JaguarPrev estava junto ali; Receitas de Capital, a previsão, dezessete milhões e vinte e cinco mil, arrecadaram cinco milhões, quatrocentos e sete, trinta e um vírgula setenta e seis por cento, sendo Transferência de Convênios, dezesseis milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, arrecadaram três milhões e doze mil, dezoito vírgula vinte e dois por cento; Alienação de Bens, uma previsão de quinhentos mil, e arrecadaram oito mil, seiscentos e sessenta e cinco reais, um vírgula setenta e três por cento; de Operações de Crédito não tinha nada previsto, mas arrecadaram dois milhões, trezentos e oitenta e seis, totalizando no previsto, quatrocentos e quarenta milhões, trezentos e três mil, arrecadaram quatrocentos e quatro milhões, quinhentos e setenta e três mil, noventa e um vírgula oitenta e oito por cento; disse que ali eles percebiam que, na questão de Receita de Capital, que era a questão dos convênios que eles arrecadaram um valor bem menor; o próximo quadro apresentava um gráfico em percentual de como que ficou a arrecadação, e que a maior arrecadação do Município era o ICMS, e que na Planilha, que estava já no próximo quadro, eles tinham o valor arrecadado mensal, que totalizava duzentos e doze milhões, seiscentos e trinta e oito mil, e que aquele valor tinha uma dedução de vinte por cento para a formação do FUNDEB, de quarenta e dois milhões, quinhentos e vinte e sete mil, então, o valor líquido que eles arrecadaram foi de cento e setenta milhões, cento e dez mil; o outro slide trazia outro gráfico que a Sra. Secretária disse que era para analisar melhor a Arrecadação de ICMS, e o próximo quadro trazia as Despesas: Despesas Correntes: valor previsto: trezentos e cinquenta e três milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, foi liquidado o valor de trezentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, e pago trezentos e sessenta e seis milhões, quinhentos e quarenta e três mil, subdividido em Pessoal e Encargos, e a previsão era de cento e vinte e sete milhões e trinta e quatro mil, liquidou-se cento e cinquenta e dois milhões, oitocentos e treze mil e pagou-se cento e cinquenta e dois milhões, duzentos e dez mil; Outras Despesas Correntes, valor previsto: duzentos e sete milhões, seiscentos e vinte e oito mil, liquidado duzentos e quatro milhões e quarenta e um mil, valor pago de cento e noventa e três milhões, cento e sessenta e nove mil; Despesas Intraorçamentárias: valor previsto, dezoito milhões, setecentos e setenta e sete mil; liquidado: vinte e cinco milhões, seiscentos e trinta e seis mil e pago vinte e um milhões, cento e sessenta e três mil; Despesas de Capital, quarenta e seis milhões, quinhentos e setenta e um mil, o valor liquidado nove milhões, oitocentos e cinquenta e o pago oito milhões, oitocentos e sessenta e oito mil; Reserva de Contingenciamento, quarenta milhões, duzentos e noventa, e ela não foi utilizada, e o total previsto: quatrocentos e quarenta milhões, trezentos e três mil que foi da Despesa; liquidou-se trezentos e noventa e dois milhões, trezentos e quarenta e três mil e pagou trezentos e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

setenta e cinco milhões, quatrocentos e onze mil; no próximo quadro tinha um gráfico para visualizar melhor e no próximo slide tinha os Restos a Pagar em trinta e um de dezembro de dois mil e dezenove; disse que eles tinham um valor ainda do exercício de dois mil e doze de noventa e nove mil, oitocentos e cinquenta e três reais e cinco centavos; dois mil e quatorze trezentos e trinta e quatro mil, quinhentos e seis e oitenta e três; dois mil e quinze: um milhão, novecentos e trinta e um, quatrocentos e oitenta e noventa e sete; dois mil e dezesseis: oitocentos e noventa e nove mil, oitocentos e noventa e dois e oitenta e um; dois mil e dezessete: cento e dezoito mil, trezentos e vinte e cinco e quarenta e um; dois mil e dezoito, noventa e um, quatrocentos e quarenta e sete e quatorze; dois mil e dezenove, dezessete milhões, duzentos e quarenta e três, seiscentos e oitenta e nove e setenta e nove, totalizando vinte milhões, setecentos e dezenove mil, cento e noventa e seis reais; o próximo quadro trazia uma visualização melhor; a Sra. Presidente solicitou um aparte na fala da Sra. Secretária para ela registrar a presença do Vereador Luís Carlos de Campos à mesa; antes de tomar seu assento à mesa, o Sr. Luiz Carlos de Campos disse que tinha recebido a informação que a internet na Casa não estava funcionando, e ela perguntou se não estava no "youtube.com", e foi-lhe informado que estava ao vivo, e ela informou novamente o endereço do canal: www.youtube.com/camarajaguariuna, e se depois de informações técnicas, entre outras coisas, ela disse que naquele momento só estava no "youtube" mesmo, mas depois ficaria gravado no site da Câmara; voltando a fala à Sra. Secretária Elisanita ela mostrou o próximo quadro que falava da Dívida Consolidada, e que no primeiro quadrimestre de dois mil e dezenove tinham trinta e três milhões, duzentos e setenta e dois mil, no segundo quadrimestre, trinta e quatro milhões, trezentos e três mil, e terceiro, vinte e oito milhões, quinhentos e três mil; no próximo quadro tinham o detalhamento da Dívida Consolidada: a JaguarPrev, um milhão, novecentos e sessenta e nove mil; Desenvolve SP, oito milhões e sessenta e um mil; o PASEP, quarenta e três mil; o INSS, setecentos e quarenta e nove mil, cento e doze reais; Fornecedores: onze milhões, duzentos e sete mil e de Precatórios para o exercício de dois mil e vinte, seis milhões, quatrocentos e setenta e um mil, totalizando os vinte e oito milhões, quinhentos e três mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e sessenta e três centavos; no próximo quadro falava da Receita Corrente Líquida do Município: Receitas Correntes: quatrocentos e vinte e nove milhões, cento e trinta e cinco mil, trezentos e oitenta e cinco reais e treze centavos; Plano Previdenciário: nove milhões, cinquenta e sete mil, oitocentos e dezessete e treze; do FUNDEB, cinquenta e um milhões, trezentos e quarenta e dois mil, quinhentos e sessenta e nove reais e trinta e um centavos de redução, e que a Receita Corrente Líquida do Município do exercício de dois mil e dezenove foi de trezentos e sessenta e oito milhões, setecentos e trinta e quatro mil, novecentos e noventa e oito reais e sessenta e nove centavos; tiveram em Despesa com Pessoal, cento e setenta e dois milhões, quatrocentos e cinco mil, cento e quarenta e um reais e sessenta e quatro centavos, total de quarenta e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

seis vírgula setenta e cinco por cento, lembrando que eles tinham um limite prudencial de cinquenta e um vírgula três por cento do total de cinquenta e quatro por cento; no próximo quadro falava das Receitas de Impostos e Transferências: os Impostos Municipais somaram sessenta e dois milhões, trezentos e sessenta e sete mil; Transferências da União: trinta e três milhões, trezentos e cinquenta e um mil e Transferências do Estado: duzentos e vinte e seis milhões e sete mil, totalizando trezentos e vinte e um milhões, setecentos e vinte e sete mil; no próximo quadro via-se a Aplicação na Saúde: total da Receita de Impostos somando trezentos e dezenove milhões e setenta e oito mil na Aplicação da Saúde; os Empenhos Liquidados somaram quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e nove mil; os Empenhos Liquidados da ASAMAS, sessenta e quatro milhões, quinhentos e noventa e nove mil; receberam de Auxílios e Transferências, dez milhões, oitocentos e três mil, totalizando cem milhões, cento e trinta e seis mil; percentual de aplicação de trinta e um vírgula trinta e oito por cento, o Mínimo Constitucional era de quarenta e sete milhões, oitocentos e sessenta e um, uma Diferença a maior aplicado em Saúde de cinquenta e dois milhões, duzentos e setenta e quatro mil; Aplicação na Educação Receitas de Impostos, trezentos e vinte e um milhões, setecentos e vinte e sete mil, total de empenhos liquidados, cinquenta e sete milhões, setecentos e setenta e dois mil, o valor retido do FUNDEB cinquenta e um milhões, trezentos e quarenta e dois mil, totalizando cento e nove milhões, cento e quinze mil; o percentual trinta e três vírgula noventa e um por cento, o mínimo constitucional oitenta, vinte e cinco por cento, oitenta milhões, quatrocentos e trinta e um; aplicação a maior, vinte e oito milhões, seiscentos e oitenta e três mil; Aplicação do FUNDEB receberam quarenta e um milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, o rendimento de aplicação: oito mil cento e noventa e quatro, totalizando quarenta e um milhões quatrocentos e trinta e cinco; daquele total quarenta e um milhões, quatrocentos e quarenta e oito foi liquidado; trinta e nove milhões, oitocentos e trinta e nove com o pessoal do Magistério e as demais despesas quarenta por cento, um milhão seiscentos e oito mil; dos Créditos, o saldo em trinta e um do oito da Dívida Ativa era oitenta milhões, oitocentos e três mil, no final de dois mil e dezenove, oitenta e cinco milhões, setecentos e vinte e cinco mil; Bens Móveis era trinta e um milhões, cento e sessenta e um mil, passou a trinta e dois milhões, trinta e sete mil; Bens Imóveis de quarenta milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, passou a trinta e um milhões cento e quatorze mil; a Sra. Secretária Elisanita disse que era o que tinha para apresentar e ela estava aberta aos questionamentos; a seguir a Sra. Presidente agradeceu à Sra. Secretária perguntando a ela se ela preferia permanecer no púlpito, e ela respondeu que sim; então, a Sra. Presidente disse naquele momento, que iria abrir para perguntas e para eles que eram leigos, eram bastante números e eles precisavam esmiuçar as dúvidas que os Vereadores já deveriam ter; perguntou se tinha algum Vereador inscrito para falar; pediu a palavra o Sr. Walter Luis Tozzi de Camargo, cumprimentando a todos, dizendo que era uma honra estar



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

recebendo a Secretária naquela Casa, naquela noite, diante de um assunto tão importante para a cidade de Jaguariúna, inclusive a pauta dos trabalhos daquela Casa era a fiscalização dos trabalhos pelo Poder Legislativo; disse que chamou a atenção dele na exposição dela, onde tiveram uma previsão de Receitas de cinquenta e seis milhões e atingiram cento e trinta e seis milhões de Despesas Correntes, aquilo mostrava que tiveram uma defasagem do que era previsto, para o que alcançaram lá, porém, na sequência da exposição outro item que lhe chamou atenção, foi que conseguiram também reduzir as Despesas Corretes, onde tinham uma previsão de trezentos e cinquenta e três, liquidado trezentos e sessenta e seis; Despesas de Capital, quarenta e seis milhões, nove milhões oitocentos e cinquenta liquidado, oito milhões oitocentos e quarenta e seis; falou que naquele cenário que foi apontado onde tiveram uma queda de arrecadação e conseguiram fazer uma redução de gastos também, no Município, era fruto oriundo de ações que as Secretarias e a Administração estavam fazendo para poder preservar os serviços públicos sem perder a qualidade e, mesmo assim, ainda, conseguir não estar tão defasado no cenário econômico da cidade; a Sra. Secretária, Elisanita, cumprimentou ao Vereador e disse que ela assumiu a Secretaria em vinte e nove de julho de dois mil e dezenove e, quando ela entrou, ela se deparou com os números e fizeram muitas reuniões de planejamento, cortaram muitos custos, fizeram várias ações, tanto na parte de Despesa quanto na parte de Receita; na parte de Despesa analisaram todos os contratos começaram a cortar os custos, e não foi somente ela, foram todos os Secretários e todos os Secretários tiveram um percentual para estarem reduzindo seus custos; na questão da arrecadação eles fizeram e ela queria agradecer aos Vereadores, e que teve a lei do pequeno valor do precatório que eles mudaram, que era quarenta salários mínimos para o valor do teto do INSS, só os ajudou a terem um planejamento, teve a lei dos fiscais, da produtividade dos fiscais e eles já estavam colhendo os frutos, teve a questão dos Refis e teve uma lei que já passava de dois mil e dezenove, ia para dois mil e vinte, era a questão dos dez por cento do IPTU; tiveram um crescimento de oito por cento, porque foi na semana anterior, dia vinte, e já tinham os resultados; disse que ela queria até prorrogar, passar o exercício de dois mil e dezenove e mostrar, ela estava com os resultados do exercício de dois mil e vinte com todas aquelas ações, e ela teve cinco meses do exercício de dois mil e dezenove, então, ela passou os valores que eram consolidados, ela tinha o valor da Prefeitura e que fecharam negativo no ano passado, doze milhões quatrocentos e sessenta e quatro mil, três vírgula vinte e três por cento de déficit; no mês de janeiro arrecadaram trinta e três milhões, duzentos e quatro, tiveram uma despesa de trinta e dois milhões, já fecharam superavitário o mês de janeiro, com oitocentos e trinta e sete mil, superavitário para demonstrar todo o trabalho que estavam fazendo e nos comparativos do balanço, no exercício de dois mil e dezesseis no valor total da Dívida, Restos a pagar mais a Dívida Consolidada somavam noventa e sete milhões quatrocentos e trinta e seis mil; em



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

dezembro de dois mil e dezenove eles tinham quarenta e nove milhões, uma redução de quarenta e oito milhões; atualmente, dos Restos a pagar, dos vinte milhões demonstrados, tinham só três milhões duzentos e setenta e um mil, reduziram sessenta e cinco milhões, novecentos e quarenta e oito mil e Dívida da Prefeitura do que foi do dia trinta e um de dezembro de dois mil e dezesseis para fevereiro de dois mil e vinte que eles estavam, praticamente, em dia em relação aos fornecedores, eles tinham, sim, bastante fornecedores e ela, naquele momento, poderia dizer que os fornecedores estavam todos em dia, no dia seguinte, em vinte e oito de fevereiro estariam pagando, com os salários dos funcionários adiantados; na sexta feira anterior pagaram para quem fez aniversário, o décimo terceiro; naquele dia, pagaram as férias e, no dia seguinte, pagariam a folha de pagamento mais o vale refeição e, na segunda feira, estariam pagando o vale alimentação, então era o resultado; disse que, naquela noite, ela levou consigo toda a sua equipe e que estavam todos os diretores dela naquela Casa porque não era um resultado isolado, era um resultado com toda a equipe, eles trabalharam muito, era meta para arrecadar, para aumentar a arrecadação; era diretor ficando no telefone para cobrar as empresas; a questão de redução de Despesas, os Secretários todos entenderam o momento e ela achava que eles tinham alcançado o objetivo deles e não deu para mostrar o resultado finalizando o exercício de dois mil e dezenove, mas para eles era uma vitória, em fevereiro de dois mil e vinte, eles estarem com a Casa em dia e o Prefeito estava muito satisfeito com aquele resultado, então, ela achava que era um resultado da equipe, da Gestão, era um resultado de planejamento, era um resultado da Administração e era um resultado da colaboração de todos e aquilo era importante; falou da importância, também, do Legislativo quando entendeu que eles mandaram aquele projeto, houve discussões, mas entendeu a necessidade; agradeceu aos senhores Vereadores; o Sr. Walter Tozzi disse que ele achava que era um trabalho em conjunto entre o Legislativo e o Executivo para poder produzir um bom resultado para a cidade; o foco principal era a cidade de Jaguariúna em todas as suas necessidades, em todas as áreas que ela tinha; disse que ele se lembrava da última audiência em que tiveram um questionamento a ela que, se mesmo tendo a possibilidade de cortes, de redução de gastos, enfim, de contingenciamento, não iriam perder a qualidade de serviços públicos prestados e ela foi muito contundente, muito objetiva dizendo que não, e que eles não perderiam, e eles viram lá o ano terminando, com os trabalhos sendo feitos, a cidade, atualmente, tinham várias frentes abertas, em vários setores de obras de serviços, era uma cidade dinâmica, mas ele queria fazer mais uma colocação; perguntou para o exercício de dois mil e vinte como estavam a projeção e a expectativa na área financeira do Município de Jaguariúna para enfrentamento, principalmente, em quatro setores que ele destacava como maior preocupação, a Saúde, Educação, Segurança Pública e Saneamento Básico; perguntou como estavam preparados para enfrentamento das questões pertinentes àquelas áreas com o Orçamento de dois mil



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

e vinte? A Sra. Secretária disse que, em relação à Saúde e Educação, efetuaram alguns cortes mas, eles sentaram em conjunto com as Secretarias, nada foi paralisado, tinha representante na Casa da Secretaria de Educação, tinha representante da Saúde, então, os procedimentos, os convênios, os contratos tudo se mantiveram normal; eles iniciaram os exercícios com muito pé no chão para não perder o controle em nenhum momento; disse que tiveram resultados por exemplo, do IPTU, tinha o comparativo lá, que dois mil e dezenove sete mil e cinquenta e sete pessoas pagaram em cota única, cinco milhões novecentos e oitenta e seis mil, em dois mil e vinte, oito mil novecentos e noventa pessoas, sete milhões cento e vinte e cinco mil, então, tiveram praticamente oito por cento de aumento; a questão do reflexo do projeto de lei da produtividade dos fiscais já no mês de janeiro tiveram trinta e seis por cento a mais nas taxas, seis por cento a mais questão da arrecadação do ISS, então, eles estavam se projetando e estavam em cobrança contínua; o telefone não parava, ela achava que o pessoal entendeu a proposta, ela iria até passar os resultados dos REFIS também, que o REFIS, no ano passado foi bom, arrecadaram no ano passado o REFIS pessoa física e aquele diferenciado de empresas mais de seis milhões, então, foi um bom resultado, seis milhões e novecentos arrecadaram de Dívida Ativa, contra seis milhões e noventa e cinco mil do exercício de dois mil e dezoito e, com os pés bem no chão, não iria ter nenhum problema como não teve no exercício de dois mil e dezenove, nenhum problema naquelas áreas, a questão do Saneamento com o pessoal, queria mais e falava mais, e aqueles dias tiveram um problema na bomba, porque queimou uma bomba e tinham coisas que não conseguiam prever, então, não era questão de falta de contrato, de falta de trabalho de nada, foi a questão da bomba mesmo, que a água estava saindo suja e ela sabia porque ela participou de uma reunião juntamente com o Prefeito, com a Rita Bergamasco que era a Secretária do Meio Ambiente, então, até aquele momento, não tiveram nenhum problema com o serviço, a população estava sendo atendida da mesma maneira tanto na Educação, quanto na Saúde, então, ela acreditava que iria ser um ano bem positivo; a seguir, a Sra. Presidente agradeceu à Sra. Secretária e elogiou a presença de toda a equipe da Prefeitura que estava lá, naquela noite, naquela Casa, porque era muito bom para eles saberem que a equipe de Secretários e os demais colaboradores trabalhavam com aquela mesma idéia de que todo mundo tinha de remar do mesmo lado, então, era muito bom ver todos lá; a seguir, pediu a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva que depois de cumprimentar a todos disse que no ano passado tinham aprovado uma lei na Casa referente aos precatórios, eles trabalharam na questão de colocar um piso para pagamento dos precatórios, daí como foi uma questão muito polêmica que eles colocaram que foram prejudicados, mas acima de tudo eles tinham de pensar sempre no Município, nas responsabilidades do Município, nos serviços que teriam de oferecer à população e ele queria ver com ela qual foi o reflexo daquilo, porque sem dúvida alguma foi uma questão positiva mas, ele queria que ela colocasse um pouco a questão



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

positiva que, de certa forma, deu um pouco de polêmica; a Sra. Secretária disse que aquela lei foi muito positiva, porque os quarenta salários mínimos que eles pagavam a título de precatório de pequeno valor, eles passaram a pagar cinco mil e oitocentos; o precatório funcionava da seguinte forma: o que chegava na Prefeitura até o mês de julho, o que chegou o ano passado até o mês de julho, que eram seis milhões quatrocentos e setenta e um, no Orçamento eles conseguiam planejar, e teve o caso da Guarda que foram aqueles dois milhões, um precatório de pequeno valor, que fugiu do planejamento, quando ele chegava eles tinham sessenta dias para pagar, então, se chegava dentro do exercício não conseguia planejar, ele saía totalmente fora do planejamento, porque dois milhões não era um valor qualquer para eles disponibilizarem rapidamente, então, por isso que ela fez um agradecimento especial aos senhores Vereadores que aprovaram a lei e, mesmo a lei sendo polêmica, eles entenderam que era para o bem do Município; disse que, realmente, foi muito positivo, senão, eles teriam casos chegando e ela sabia que tinha porque ela conversava sempre com o Cleber que era o procurador responsável pelos precatórios; a seguir, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que depois de cumprimentar a todos pediu desculpas pelo atraso dele, porque ele teve de levar a filha dele na rodovia e o ônibus demorou um pouquinho e por isso ele queria lá justificar o atraso dele; falou que a Secretária disse que o déficit do ano de dois mil e dezenove foram doze milhões; a Sra. Secretária disse que sim, que foi três e trinta e três; o Sr. Luiz Carlos disse que tinha acompanhado também, ele comparou referente a dois mil e dezoito e ele percebeu um acréscimo na Receita de onze por cento, referente a dois mil e dezoito e a Despesa em dezenove por cento, ou seja, a Despesa cresceu mais do que a Receita, e ele gostaria que ela passasse alguma coisa a respeito daquilo; a Sra. Secretária disse que ela conseguiria passar bastante coisa depois de julho, que era quando ela entrou, e que tiveram aqueles dois milhões a mais da questão do precatório da Guarda e, historicamente, no Município de Jaguariúna se empenhava a folha de dezembro no mês de janeiro, então, a folha de dezembro de dois mil e dezoito, ela foi empenhada em janeiro de dois mil e dezenove e, obviamente, a folha era competência, ela a empenhou e a pagou em dezembro de dois mil e dezenove era referente a dezembro, então, foi aquilo que aumentou, eram onze milhões e poucos da folha; ela tinha o valor exato lá, eram onze milhões duzentos e noventa e sete da folha, e se tivesse dois mil e dezoito, era historicamente aquilo, todos os Secretários, não foi a Secretária que a antecedeu que fazia aquilo, das outras administrações também; o Sr. Luiz Carlos de Campos perguntou referente a dois mil e dezesseis, se foi feito em dois mil e dezessete, porque eles recebiam o balancete lá e para eles estarem somando lá cada; a Sra. Secretária disse que em dezembro de dois mil e dezesseis foi empenhado em janeiro de dois mil e dezessete; Porque se a Prefeitura fez esse lançamento em dezembro, ela fez de forma correta, porque tinha que ser, era uma Despesa; a Secretária disse, exatamente, e o Vereador Luiz Carlos



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

disse que era uma Despesa do ano tinha que ser lançada dentro do ano; a Secretária disse que teria que ser lançada dentro do ano e que ela conhecia o Vereador há mais de vinte ano, ela entrou em noventa e três em Holambra e que ele entrou em noventa e quatro, noventa e cinco e que ele sabia a maneira como ela trabalhava e que o trabalho dela era muito correto, dentro da legislação, então, ela não poderia fazer diferente; então, a folha foi de onze milhões duzentos e noventa e sete mil, se ela tirasse a folha ficaria com um milhão cento e sessenta e sete de negativo, só zero vírgula trinta e um por cento de déficit e, se tirasse os dois milhões, fora do planejamento, do precatório, teria fechado positivo; com a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que perguntou quando a Secretária havia entrado na Prefeitura e ela disse que foi em vinte e nove de julho de dois mil e dezenove, então, ela teve cinco meses; daí o Vereador Luiz Carlos perguntou se em dois mil e dezoito ela foi lançada em dois mil e dezenove, a Secretária disse que foi e que era assim, de um ano para outro, entendeu, sempre foi historicamente, há mais de dez anos se lançava assim, então, o Vereador disse que havia uma compensação inicial e a Secretária disse que em algum momento alguém teria que corrigir, era a mesma coisa da lei da Previdência que falava que ia descontar os catorze por cento e, que em algum momento alguém teria que corrigir para não quebrar a Previdência Nacional; naquele momento, a Sra. Cássia interrompeu dizendo que a dinâmica programada não era aquela, mas se estava dando para todo mundo entender e seguir, por ela tudo bem, poderia continuar daquela forma e perguntou se o Vereador tinha mais alguns questionamentos; ele disse que tinha entendido o que ela passou, daí a Secretária perguntou se ele queria de dois mil e dezesseis e o Sr. Luiz Carlos disse que sim, e se de fato foi empenhado em janeiro de dois mil e dezessete; disse, ainda, que o que vinha percebendo que em dois mil e dezessete o percentual da Despesa com Pessoal foi de trinta e nove, quase quarenta por cento, dois mil e dezoito, quarenta e três e meio e, no momento, quarenta e seis e sessenta e seis e que viam uma crescente e sabiam que a Receita de ICMS, a Receita de Impostos tinha crescido, ela auxiliava na Receita Corrente Líquida, então, ele estava achando que o percentual estava numa crescente o que era meio preocupante, também; a Secretária disse que tinha a questão do reajuste anual, inclusive, naquele dia, tiveram uma reunião com o Sindicato e que foi formada uma comissão, tiveram a reunião com o Sindicato e que alguns Vereadores estiveram presentes, então, estavam em discussão; naquele momento, a Sra. Cássia perguntou ao Vereador se estavam clara as respostas e se ele estava satisfeito e perguntou à Secretária se estava tranquilo, então, passaria para o próximo Vereador; com a palavra o Vereador Cristiano José Cecon que desejou boa noite a todos e à Secretária e disse que viram que o pagamento dos precatórios do ano passado conturbou um pouco as finanças, daí ele perguntou se ainda existiam precatórios a serem pagos; a Sra. Secretária disse que não, o que existia era que tinha um valor a ser pago no exercício de dois mil e vinte que somava seis milhões quatrocentos e dezessete mil, seis milhões quatrocentos e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

setenta mil e desses seis milhões e quatrocentos e setenta mil, seis milhões trezentos e quarenta e quatro eram de precatórios trabalhistas mas, tinham um prazo até trinta e um de dezembro para estar pagando; então, de um total de precatórios, nessa administração do Prefeito, pagaram nove milhões novecentos e sessenta e quatro mil e que tinha mais o seis, no momento, e que iriam totalizar, naquela Administração, dezesseis milhões trezentos e nove mil só de pagamentos de precatórios; o Vereador disse que estava certo; daí a Sra. Cássia perguntou ao Vereador se ele estava satisfeito, ele disse que sim; a seguir, pediu a palavra a Vereadora Inalda Lúcio de Barros Santana que desejou boa noite a todos e parabenizou a Sra. Elisanita porque, pelo que a Vereadora estava acompanhado ela estava indo muito bem e que estava de parabéns e a Secretária agradeceu a Vereadora; voltando a fala à Sra. Inalda disse que não iria falar em detalhes de números porque era muita coisa; naquele momento, a Secretária disse que era a Equipe também, e que ela não mudou a Equipe, era a que estava e que trouxe a Daiane com ela, que a acompanhava em todos os Municípios e que não mudou a Equipe e, realmente, a Equipe que estava era uma ótima Equipe e que todo mundo tinha entendido o propósito e que foram no direcionamento e que faziam várias reuniões antes de passar os números para eles, ela compartilhava com a Equipe o trabalho de todos, então, todo mundo ficou feliz, todo mundo tinha vindo, estavam todos lá na frente; então, a Vereadora Inalda parabenizou a todos eles porque estavam trabalhando muito bem e a Sra. Elisanita agradeceu; a Sra. Cássia Murer Montagner, Presidente da Comissão, agradeceu a Vereadora e perguntou se ela estava satisfeita; e naquele momento, disse que também gostaria de elogiar toda Equipe e a Secretária porque, também, estava sempre à disposição durante o período para dar a eles explicações; não era só naquele momento, então, eles agradeciam e, pelo que estavam sentindo, muita coisa foi paga, muita coisa foi resolvida, então, estavam prontos para enfrentarem os próximos meses e a Secretária Elisanita disse que estavam prontos e a Sra. Cássia confirmou que sim, mas, ela tinha ficado com uma questão na cabeça, porque ficaram sabendo que a Motorola deu férias coletivas para os funcionários, ela não sabia se era de um mês, dois meses e que era um fato inusitado, inesperado, ninguém podia contar com aquilo, porque foi por conta do Corona Vírus, assim, para poderem ficar mais tranquilos, perguntou qual seria o impacto que a Secretária achava que traria para a cidade de Jaguariúna; a Secretária de Administração e Finanças disse que, quando chegou aquela informação a eles, correram e foram verificar a arrecadação, então, a arrecadação da Motorola não tinha caído e subiu cinco por cento em relação ao exercício passado até aquele momento, e as férias coletivas que deram, realmente, por conta do Corona Vírus, porque muitos componentes eram importados e não estavam fabricando, os países estavam parados, então, ela acreditava que retornassem logo para eles não perderem, realmente, a questão da arrecadação, porque era uma boa arrecadação; então, era assim, mas que foi importante a pergunta, disse à Vereadora Cássia, porque o pessoal ficava



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

falando o que tinha acontecido, se a Motorola ia fechar e mandar o pessoal embora, ia ter muitos desempregados; então, ela achava muito pertinente a pergunta e que para eles, também chegou a questão do Corona Vírus e ela esperava que retornassem o quanto antes; a Vereadora Cássia Murer disse que esperava que passasse logo aquela crise e não prejudicasse a economia mundial; pediu a palavra o Sr. Walter Luiz Tozzi de Camargo que aproveitou a pergunta e disse, só para esclarecimento que quando se tinha uma situação daquela onde a empresa não faturava, não produzia por trinta dias, o reflexo daquilo só chegaria no Município dois anos depois no repassasse do ICMS, era aquilo ou não? Ou teria reflexo imediato? A Sra. Secretária disse que, no caso da Motorola, tinha a questão do ISS e o Sr. Walter disse do ISSQN mas, do ICMS só dali dois anos teria o reflexo aplicado naquele momento? A Sra. Secretária disse que era aquilo, então, o Vereador disse que estava perfeito; a Sra. Presidente disse que era para torcer que aquela crise fosse passageira e a Sra. Elisanita disse que era para rezar; pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos dizendo que o Walter foi pertinente na colocação; naquele momento o Vereador Alfredo Chiavegato Neto tomou a palavra dizendo que ele entendia diferente, que o impacto na economia nacional e, também estadual e se ela ocorresse não só com a Motorola, o reflexo do ICMS era momentâneo e que no mês seguinte iriam sentir porque tinham uma parcela do bolo e aquele índice que o nobre Vereador falou era calculado para não ter o impacto em dois anos mas, a partir do momento que tinha o índice anual que era ponto meia sete, daí ele perguntou quanto estava no momento e o Vereador Bozó disse que estava um pouquinho menos, era zero cinquenta e seis, alguma coisa assim; a Sra. Secretária perguntou pelo Fábio, na assembleia, e o Vereador Fred perguntou do índice de participação, ele não sabia, não se lembrava direito; voltando a fala à Secretária ela perguntou qual era o percentual e foi dito que era meia quatro; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que aquele ponto meia quatro era constante o ano inteiro daquilo que o Estado arrecadava de um mês para o outro, então, o repasse vinha; a Sra. Secretária disse que mês de março, por exemplo, estavam recebendo referente a janeiro, não seria aquele impacto no índice deles, foi aquilo que Waltinho disse; daí o Vereador disse, por exemplo, que o Estado arrecadou no mês de fevereiro, repassava em março para Jaguariúna; abril, disse a Secretária; continuando a fala, o Vereador disse onde tinha ponto meia quatro; a Sra. Secretária disse que acreditava que seria momentâneo e que daria para fazer e que agora que a economia estava reagindo; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que se a economia sofreu impacto do que estava acontecendo com o mercado internacional, inclusive, estava afetando o Brasil, através do problema do Corona Vírus, iria sentir, ter uma redução nos repasses, no mês que viria já? Pediu a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo que gostaria de esclarecer dizendo que o percentual era inalterado, estava estabelecido, o que seria mudado era o bolo da arrecadação; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que começou todo mundo deixar de produzir, queria dizer, não teria



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

ICMS, então, a Receita iria diminuir e, conseqüentemente, o repasse do Município também; o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo disse que o fato gerador só gerava efeitos futuros, então, para alterar qualquer percentual ou qualquer participação naquele bolo, era somente no exercício financeiro seguinte, era aquilo, perguntou a Secretária; pediu a palavra o Vereador Alfredo Chiavegato Neto que disse que o que acontecia era o seguinte: se a Motorola fechasse no momento... a Secretária disse que, se o Estado arrecadasse menos, era aquilo que o Vereador Fred estava falando, se o Estado arrecadasse menos, o zero meia quatro seria um pouquinho menos do que representava no momento; o Sr. Vereador Walter Tozzi perguntou se o zero meia quatro era inalterado e a Secretária disse que aquilo, era inalterado, o zero meio quatro iria depender ser mudada a questão dos demais municípios para ver se o de Jaguariúna iria cair também ou se iria aumentar para o próximo exercício; o Vereador Alfredo Chiavegato Neto disse que o fato era, supondo... a Sra. Secretária continuou falando que iria refletir sim, daí ira refletir, fechava dois mil e vinte, fazia o cálculo em dois mil e vinte e um, publicava em agosto para valer em dois mil e vinte e dois, ela entendeu os dois lados; o Vereador Alfredo Chiavegato Neto disse que o fato era se a empresa viesse a fechar ou qualquer outra, não ia falar especificamente da Motorola mas, se fosse ela, o impacto no índice do Município seria, teria ele a partir de dois mil e vinte e dois, aproximadamente; na questão do ISS a Secretária disse que tomaram o cuidado de analisar todas as empresas e não caiu a arrecadação; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que o índice de zero ponto meia quatro era constante para o ano inteiro de dois mil e vinte daquilo que o Estado arrecadava mensalmente no ano de dois mil e vinte, aquilo não mudava, agora se a economia do Estado não desandasse, o impacto era imediato, se todo mundo deixasse de produzir, como iria deixar de produzir, além do ISS, ia cair a arrecadação, conseqüentemente; a Sra. Presidente disse que era o que chamavam, o imponderável e que, naquele momento, não sabiam qual seria o peso disso no mundo inteiro, era, realmente um momento para tentar monitorar; por isso, disse a Sra. Elisanita que tinham que ser seguros com as despesas para sempre estarem controladas e a Sra. Cássia disse que era verdade; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos perguntando sobre o ISS da empresa quanto representava no ISS do Município, mais o menos, o percentual; a Secretária disse que não iria saber falar de cabeça, daí perguntou ao Fábio se sabia, ela poderia marcar e depois mandar; o Vereador disse se ia trazer um impacto e que ele pensou da mesma forma o que o Fred falou que procedia porque, não só, provavelmente, atingiria não só a Motorola como outras empresas e o Estado deixaria de arrecadar e iria repassar menos da parte que cabia aos municípios e sabiam que podia; a Sra. Secretária de Administração e Finanças perguntou se o Vereador queria saber das empresas de tecnologias que eram as que tinham mais componentes, ele disse que não, não era; ele só queria saber quanto o ISS dela representava na Receita do Município, era só aquilo e a Secretária disse que era uma parte muito boa; o Vereador



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

disse que também acreditava; pediu, novamente, a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo perguntado se era a maior no hoje o percentual e a Sra. Secretária disse que tinha uma das empresas de Tecnologias que eram a maior do Município e o Sr. Walter confirmou dizendo que era a maior do Município, porque a questão do Corona Vírus, em nível mundial, no hoje, estava afetando muito o setor de tecnologia por causa da produção do componente, não estava chegando componente e a Secretária disse porque a produção era externa; o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo disse que em outros setores e que a economia do País era bastante diversificada, tinha os alimentos, medicamentos, enfim, bastante diversificada, então, talvez, a balança continuasse equilibrada; o Vereador Alfredo Chiavegato Neto disse que, na verdade, afetava a economia inteira, toda a cadeia produtiva e a Sra. Cássia disse como um todo e teria que ter muito cuidado, ser muito seguro mesmo nos gastos e tudo, porque não dava para controlar aquela questão e que não sabiam o peso que ia ter e que não eram uma ilha, não conseguiam existir sozinhos sem ser influenciado, então, era para ver; a Sra. Elisanita Moraes disse que naquele ano teriam ainda um reflexo de uma lei federal, o salário dos afastados e o salário maternidade iriam passar a ser pagos pela Prefeitura, até julho estariam encaminhando uma lei para a Câmara, então, eram mais trezentos e quarenta mil não previstos no Orçamento porque o Orçamento foi feito em setembro e a lei era de novembro, então "ganham" mais um presente; o Vereador Luiz Carlos de Campos perguntou se eram dos Estatutários e a Secretária disse que sim, e a Sra. Cássia disse que era mais uma despesa, então; a Sra. Elisanita de Moraes disse que eram mais trezentos e quarenta mil a mais somando dois milhões e meio até dezembro; o Vereador Luiz Carlos de Campos disse que estava lendo e que o ISS deu trinta e um milhões em dois mil e dezenove, total e a Sra. Secretária disse que era aquilo; naquele momento a Sra. Presidente perguntou se os Vereadores já estavam satisfeitos e aí iria passar para o pessoal das cadeiras e perguntou para a funcionária Daniela se tinha alguma pergunta, não havendo, perguntou da internet, não havendo também, disse, então, que as pessoas já estavam bem satisfeitas; naquele momento o Sr. Luiz Carlos de Campos pediu a palavra e disse que gostaria de deixar registrada a sua opinião pois via de uma forma diferente, olhando os números de dois mil e dezenove comparado com dois mil e vinte, ele achava que estava preocupante, era a opinião particular dele; esperavam que fosse diferente, moravam aqui e torciam para que o Município fosse bem, arrecadasse bem, mas, do ponto de vista dele, ele via com preocupação a situação do Município de Jaguariúna, comparando os números de dois mil e dezoito e dois mil e dezenove e ele esperava que dois mil e vinte fosse diferente, era a opinião dele particular e gostaria de deixar registrado lá; a Sra. Secretária de Administração e Finanças disse que já estava sendo e que ela mostrou alguns números já e o Sr. Luís Carlos de Campos disse que sabia que o ICMS, o índice de participação teve um acréscimo, quatro e meio por cento, era aquilo, perguntou; disse que era que, ele tinha



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

todos aqueles números e não estavam lá mas, se não tivesse enganado, era em torno daquilo o índice que era aplicado em dois mil e dezenove para dois mil e vinte, que teve aquele acréscimo de quase cinco por cento e sabiam que era um valor substancial que entrava; o IPTU sabia que ia ter uma Receita grande porque o percentual de desconto que foi dado era um percentual grande; daí a Secretária comentou que foi o que ela falou lá, oito por cento a mais em relação a dois mil e dezenove e o Sr. Luiz Carlos de Campos disse que era um percentual grande e o pessoal priorizava o pagamento; viram que algumas taxas no ano passado cresceram e nesse ano tiveram um decréscimo a taxa de lixo, a iluminação pública, então, ele achava até bom, dependia do crescimento também de loteamento que o pessoal passava a pagar IPTU; tomou a palavra a Secretária Elisanita dizendo que, em relação à taxa de lixo, se via as pessoas, o poder aquisitivo estava tão, estava todo mundo com dúvida da inconstância da economia, então, todo mundo segurou, as pessoas gastaram menos, produziram menos lixo, o lixo pesou menos e o cálculo tinha que repassar menos para o contribuinte porque era assim o cálculo; o Sr. Luiz Carlos de Campos disse não saber se a situação foi aquela porque no ano passado subiu demais, quarenta por cento, e que o lixo não subiu tanto assim, perguntou; de dois mil e dezessete para dois mil e dezoito, então, teria que ver o peso e que estranharam o acréscimo que teve no ano passado, sabia que ela não estava ainda lá, não estava como Secretária mas, se não estivesse enganado foi perto de quarenta por cento, mais de trinta por cento, com certeza, foi a taxa de lixo; então, sabia lá, talvez tivesse o equilíbrio em dois mil e vinte; a Sra. Secretária disse que ainda bem que tinha diminuído, o problema era se tivesse aumentado mais trinta e o Vereador disse que era melhor para o cidadão e ela disse que tinha o repasse, tinha o cálculo certinho que era para ser feito da maneira que tinha que ser; o Vereador Luiz Carlos de Campos disse que estava tranquilo; naquele momento a Sra. Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade deixou a palavra aberta à Secretária Elisanita para, em seguida, encerrar a Audiência; a Sra. Elisanita Aparecida de Moraes, Secretária de Administração e Finanças agradeceu, mais uma vez, aos funcionários da Secretaria de Administração e Finanças, aos Secretários que entenderam o propósito, porque ela entrou mudando muita coisa, e a Prefeitura entendeu e aos Vereadores que compraram a briga, fosse no projeto de lei do precatório, fosse no projeto de lei da produtividade dos fiscais, realmente, trabalhavam com planejamento, era aquilo que fazia, era como na casa dels, se não tivesse planejamento, não conseguiria sobreviver; não mudou nada dos serviços municipais, então, realmente, ela só tinha a agradecer a Casa que sempre a acolheu tão bem; então, agradeceu a todos e desejou boa noite; a Sra. Presidente da Comissão, Cássia Murer Montagner, desejou boa noite à Secretária e agradeceu a recepção que sempre ela dava e avisou aos Vereadores que qualquer dúvida também podiam trocar ideias o tempo inteiro e não precisava esperar aquele momento; agradeceu a todos os presentes e desejou se encontrarem na próxima;

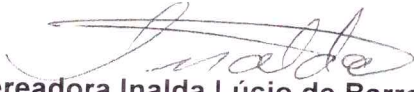


Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

declarou encerrada aquela Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.


Vereadora Cassia Murer Montagner
Presidente


Vereadora Inalda Lúcio de Barros Santana
Vice-Presidente


Vereador Luiz Carlos de Campos
Secretário